



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
LICITAÇÕES E CONTRATOS

Processo nº: 08038.017501/2009-56

Contrato nº 13/2010

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de máquinas e equipamentos, para atender a Defensoria Pública da União em Rondônia, e a Empresa. W.A.P de Oliveira & Cia LTDA, de acordo com as especificações contidas no Edital, Termo de Referência e Anexos, na forma abaixo.

União, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO**, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 26, Bloco H, Ed. Luiz Eduardo – Brasília-DF, inscrito no CNPJ 00.375.114/0001-16, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representada pelo Excelentíssimo Senhor Defensor Público-Geral Federal, **Dr JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO SALES**, portador da Carteira de Identidade n.º CI n.º 822.135/SSP/PI e CPF n.º 340138493-72, brasileiro, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 80/1994 e a Empresa. W.A.P de Oliveira & Cia LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 10.927.661/0001-10, com sede na Av. Farcar n.º 2623 B: Arigolândia – Porto Velho-RO, representada pela Sra. Welita Aline Pereira de Oliveira, brasileira, portadora da cédula de identidade n.º 000653878 - SSP/RO, doravante denominada **CONTRATADA** e tendo em vista o que consta do Processo nº **08038.017501/2009-56** e em observância ao disposto na Lei nº 10.520, de 17.07.2002, na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, no Decreto 3.555, de 08.08.2000, no Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, nos Decretos nº 2.271, de 07.07.1997, e suas alterações, na IN/MPOG nº 02, de 30.04.2008, alterada pela IN/MPOG nº 03, de 15/10/2009, na Lei nº 8.078/90, na Portaria SLTI/MP nº 08, de 08.04.2009, e nas normas atualizadas da Lei nº 8.666, de 21.06.93, celebram o presente Contrato decorrente do **Pregão Eletrônico nº 58/2009**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de materiais e equipamentos, para atender a Defensoria Pública da União em Rondônia, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Termo de Referência.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM RONDÔNIA		
LOCAL	ÁREAS EM M²	TIPO DE ÁREA
Rua Natanael de Albuquerque, n.º 192, Bairro Centro – Porto Velho/RO Tel.: (69) 3224-1475	590	Área de piso interna
	358,20	Área de piso externa

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Instrumento de Contrato guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 58/2009, bem como o Termo de Referência e Anexos, contidos no Processo nº 08038.017501/2009-56, do qual é parte integrante, vinculando-se, ainda, à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem executados nas dependências da **Defensoria Pública da União em Rondônia** compreendem, em resumo:

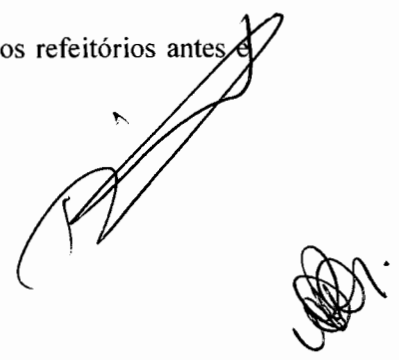
ÁREAS INTERNAS

1.DESCRICÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados pela Contratada na seguinte freqüência:

DIARIAMENTE

- 1.1. Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc;
- 1.2. Lavar os cinzeiros situados nas áreas de fumantes;
- 1.3. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- 1.4. Aspirar o pó em todo o piso acarpetado, caso haja.
- 1.5. Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;
- 1.6. Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- 1.7. Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos;
- 1.8. Varrer os pisos de cimento;
- 1.9. Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- 1.10. Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido dos sanitários, quando necessário;
- 1.11. Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- 1.12. Havendo elevadores, limpá-los com produtos adequados;
- 1.13. Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

1.14. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-se em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;

1.15. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;

1.16. Limpar os corrimãos;

1.17. Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;

1.18. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

2. SEMANALMENTE

2.1. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

2.2. Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;

2.3. Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados à óleo ou verniz sintético;

2.4. Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;

2.5. Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;

2.6. Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechadura, etc.;

2.7. Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;

2.8. Passar pano úmido com saneamento domissanitários nos telefones;
Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;

2.9. Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;

2.10. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

3. MENSALMENTE, UMA VEZ

3.1. Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;

3.2. Limpar forros, paredes e rodapés;

3.3. Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;

3.4. Limpar persianas com produtos adequados;

3.5. Remover manchas de paredes;

3.6. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);

A large, stylized handwritten signature is written over a circular official stamp. The signature is in dark ink and appears to be a cursive representation of a name. The stamp is partially obscured by the signature.

3.7. Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

4. ANUALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

4.1. Efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;

4.2. Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;

4.3. Lavar pelo menos duas vezes por ano, as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-la;

ESQUADRIAS EXTERNAS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados pela Contratada na seguinte frequência:

5. QUINZENALMENTE, UMA VEZ

5.1.. Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

6. SEMESTRALMENTE, UMA VEZ

6.1 Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

7. ÁREAS EXTERNAS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

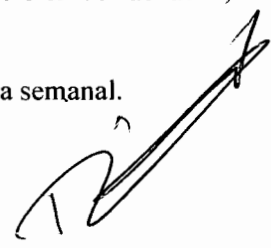
Os serviços serão executados pela contratada na seguinte frequência:

DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

- 7.1 Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- 7.1.1 Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- 7.1.2 Varrer as áreas pavimentadas;
- 7.1.3 Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- 7.1.4 Deverá ser procedida a coleta seletiva do para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;
- 7.1.5 Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

SEMANALMENTE, UMA VEZ

- 7.1.6 Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- 7.1.7 Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;
- 7.1.8 Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- 7.1.9 Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.



MENSALMENTE, UMA VEZ

- 7.1.10 Lavar as áreas cobertas destinadas à garagem/estacionamento;
- 7.1.11 Proceder à capina e roçada, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas.
- 7.1.11.1 Os serviços de paisagismo com jardinagem, adubação, aplicação de defensivos agrícolas não integram a composição de preços contemplados por esta IN, devendo receber tratamento diferenciado.

SEMESTRALMENTE

- 7.1.12 Dedetização de todas as dependências dos prédios que compõem o presente serviço, com produtos aprovados pelos órgãos competente, específicos para a eliminação de pragas e insetos prediais, tais como: baratas, cupins, ratos etc;
- 7.1.13 Dedetização das áreas de jardins, como produtos inibidores de pragas como: lagartas, formigas, cupim, pulgão, fungos, caramujos e lemas, etc, conforme locais e cronograma a ser elaborado entre as partes.

8 DEFINIÇÃO DE SANEAMENTOS DOMISSANITÁRIOS

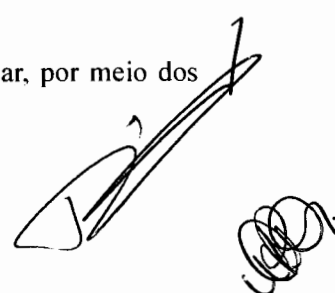
São substâncias ou materiais destinados a higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

- 8.1 Desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- 8.2 Detergentes: destinado a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;
- 8.3 Material de higiene: papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido.
- 8.4 São equiparadas aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Defensoria Pública-Geral Federal em relação aos serviços ora contratados:

- 1. Pagar à Contratada, nos termos da IN 02/2008-MARE, o preço dos serviços contratados;
- 2. Comunicar à Contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
- 3. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;
- 4. Proceder à vistoria no local onde o serviço está sendo realizado por meio de fiscalização do contrato, anotando as ocorrências, em livro próprio, dando ciência ao preposto da Contratada e determinando sua imediata regularização;
- 5. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas do contrato;

A large, stylized handwritten signature is written over a circular official stamp. The signature is in dark ink and appears to be a cursive or semi-cursive script. The stamp is partially obscured by the signature.

6. Exigir o afastamento e/ou substituição imediata de empregado que não mereça confiança no trato com os serviços prestados, que adote posturas inadequadas ao serviço ou incompatíveis com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

7. Impedir que terceiros, que não a Contratada, efetuem o serviço prestado;

8. Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal e do recolhimento dos encargos sociais, em especial ao INSS e FGTS, além de outros.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada fornecerá além da mão-de-obra, dos saneantes domissanitários, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza, asseio e conservação da **Defensoria Pública da União em Rondônia** e demais atividades correlatas:

1. Colocar à disposição da Contratante, a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, profissionais com a mão-de-obra adequada e capacitada, necessária à boa execução dos serviços ora contratados;

2. Fornecer até o 5º (quinto) dia útil do mês em exercício todos materiais de consumo, equipamentos e mão-de-obra necessários à execução dos serviços, adequadamente, em quantidade suficiente para o respectivo período;

2.1 Se a contratada fornecer à CONTRATANTE quantidade insuficiente dos materiais mencionados no item “2”, para a plena execução dos serviços no período em exercício, será notificada a completá-los, no prazo de 3 (três) dias úteis; observadas as penalidades previstas neste Contrato;

3. Atender de forma imediata em até 02 (dois) dias úteis às solicitações de substituição de profissionais, quando comprovadamente inadequados para a prestação dos serviços acordados;

4. Substituir o empregado que executará os serviços em caso de afastamento (doença, faltas, férias), sem nenhum acréscimo de custo à Defensoria Pública-Geral Federal;

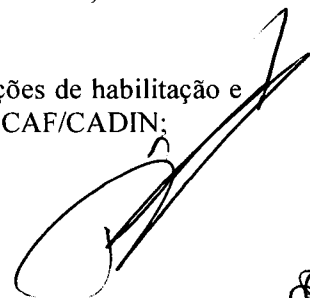
5. Executar os serviços contratados de acordo com as especificações constantes deste Contrato e da proposta apresentada, por meio de profissionais cujas funções estejam registradas em Carteira de Trabalho;

6. Recolher os encargos trabalhistas, cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e tributária em relação aos serviços contratados;

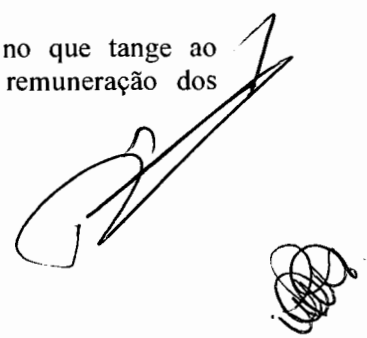
7. Regularizar, quando notificada pela Defensoria Pública-Geral Federal, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no Contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das especificações;

8. Adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus empregados, prepostos ou terceiros, quando da execução dos serviços contratados, ficando sob sua inteira responsabilidade os prejuízos deles decorrentes;

9. Manter, durante toda a vigência e validade do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente a situação cadastral no SICAF/CADIN;



10. Ressarcir à Defensoria Pública-Geral da União os prejuízos causados pelos seus empregados ao patrimônio público, à Administração e a terceiros, quando da execução dos serviços contratados, independentemente de dolo ou culpa de quem lhes der causa;
11. Disponibilizar nas dependências da **Defensoria Pública União em Rondônia**, um preposto para acompanhar as atividades dos seus empregados, possibilitando o imediato atendimento das solicitações efetuadas pela Defensoria Pública-Geral União em relação à execução dos serviços contratados, bem como para o desempenho das seguintes atribuições:
12. Registrar e controlar diariamente juntamente com o fiscal do contrato a assiduidade e a pontualidade dos seus empregados que executarão os serviços contratados;
13. Comunicar à Defensoria Pública-Geral Federal quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados, quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade do patrimônio público;
14. Providenciar e manter Livro de Ocorrências atualizado, onde serão obrigatoriamente registradas as ocorrências observadas na execução dos serviços; as respostas às consultas formuladas pela **Defensoria Pública União em Rondônia** e/ou pela Contratada; as soluções adotadas quanto às determinações recebidas; o andamento dos serviços; a qualidade da execução e as suas determinações;
15. Controlar e responsabilizar-se pela disciplina e a apresentação pessoal dos seus empregados durante a execução dos serviços contratados;
16. Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados e abster-se da execução de atividades alheias;
17. Executar as demais atividades inerentes ao cargo, necessárias ao fiel desempenho do trabalho;
18. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
19. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
20. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
21. Manter os seus empregados disponibilizados à execução dos serviços contratados identificados com crachás e uniformizados;
22. Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, decorrentes da execução do contrato;
23. Submeter-se à fiscalização da Defensoria Pública-Geral Federal, no que tange ao cumprimento dos encargos sociais, bem como no que se refere à remuneração dos profissionais;

A large, stylized handwritten signature is written over a circular stamp. The signature is in black ink and appears to be a cursive representation of a name. The circular stamp is also in black ink and contains some illegible text or a logo.

24. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a remuneração da mão-de-obra utilizadas nos serviços contratados, recolhendo no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, apresentados à CONTRATANTE, mensalmente, nos termos do item "22", os respectivos comprovantes;

24.1 O atraso no pagamento de fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a contratada de promover o pagamento dos empregados nas datas regulares, conforme artigo 3º, §§ 2º e 3º c/c 78, inciso XV, ambos da Lei nº 8.666/93;

24.2 Fornecer a cada empregado, numa única vez, o vale-refeição ou alimentação, suficiente para cada mês, e o vale-transporte necessário para cada empregado se deslocar de sua residência ao trabalho e vice-versa, respeitando os horários de entrada e saída;

24.3 Deverá o vale-transporte, ser fornecido a todos os empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês em exercício obedecendo o quantitativo explanado na alínea anterior.

25. Deverá o vale-transporte, ser fornecido a todos os empregados até o último dia útil do mês que antecede o mês de sua competência, obedecendo ao itinerário de ida e volta;

26. Fornecer à CONTRATANTE mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao da prestação de serviços, a folha de pagamento da empresa com a respectiva composição salarial de cada categoria profissional, enviando as cópias dos recibos de pagamentos de salário, dos depósitos fundiários, bem como encargos sociais incidentes;

27. Não aceitar qualquer indicação de empregados feita por servidores deste órgão, bem como não incluir parentes de servidores dentre os empregados que irão prestar os serviços à **Defensoria Pública da União em Rondônia**;

28. Apresentar à CONTRATANTE na pessoa do Fiscal do Contrato, relatório técnico mensal das atividades realizadas, constando relações nominais de licenças, faltas e substituição se houver, bem assim escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos, compreendendo a relação do material despendido para a efetivação do serviço prestado;

29. A Contratada deverá possuir, em seus quadros, pessoal de reserva, para que as substituições eventuais sejam feitas de imediato, sem prejuízo do serviço;

30. Os empregados contratados pela CONTRATADA que prestarão serviços junto à **Defensoria Pública da União em Rondônia**, deverão ter a seguinte qualificação, preservadas as demais exigências legais que o cargo exigir:

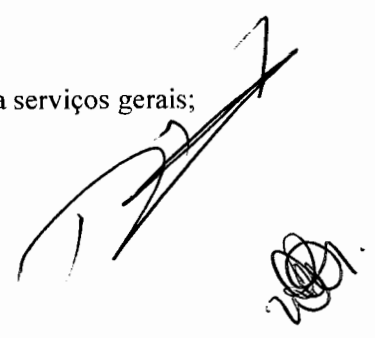
30.1 Ter experiência em serviços gerais;

30.2 Não ter antecedentes criminais registrados;

30.3 Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

30.4 Outros dados;

30.5 Uniforme a cargo da Contratada, com vestuário na cor cinza e tênis para serviços gerais;

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over the bottom right portion of the document. Below the signature, there is a circular stamp, also in black ink, which appears to contain some illegible text or a logo.

30.6 Seguro de vida em grupo, feito pela Contratada;

CLÁUSULA SEXTA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

O presente Contrato será regido pela Lei 10.520, de 17.07.2002, Decreto 3.555, de 08.08.2000, Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, Decreto nº 2.271, de 07.07.1997, e suas alterações, pela IN/MPOG nº 02, de 30.06.2008, alterada pela IN nº 03 de 15.10.2009, Portaria SLTI/MP nº 08, de 08.04.2009, pelas normas atualizadas da Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens para a Administração na continuidade do contrato, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, podendo ser alterado, exceto no tocante a seu objeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prorrogação deste Contrato será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

PÁRAGRAFO SEGUNDO: A prorrogação deste Contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Durante a vigência do Contrato, a prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor público designado para esse fim. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

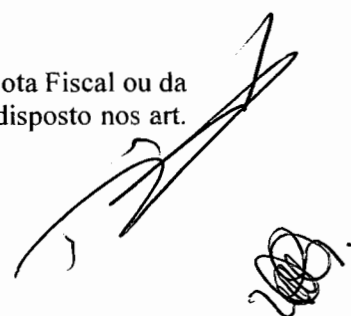
Pelos serviços executados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 2.093,32 (dois mil e noventa e três reais e trinta e dois centavos) e, o valor anual de R\$ 25.119,85 (vinte e cinco mil e cento e dezenove reais e oitenta e cinco centavos), referente à prestação dos serviços de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento de todos materiais de consumo, equipamentos e mão-de-obra necessários à execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2009 e os subseqüentes, a cargo da Defensoria Pública-Geral da União, conforme especificado: programa de trabalho 03.122.0699.2272.0001 – plano interno 2015-J – fonte 100 – elemento de despesa 3390.39.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto nos art.

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over the bottom right portion of the page. Below the signature, there is a circular stamp, also in black ink, which appears to contain some illegible text or a logo.

73 da Lei nº 8.666, de 1993, e observado o disposto no art. 36 da IN/MPOG nº 02/08, e os seguintes procedimentos:

1- A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

a) do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995.

b) da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e

c) do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

2- O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3- O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua apresentação, na inexistência de outra regra contratual.

4- Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

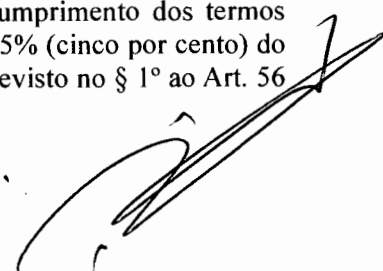
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

5- Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos deste Contrato, a CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, na modalidade que melhor lhe convir, conforme previsto no § 1º ao Art. 56 da Lei nº 8.666/93.



SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A CONTRATADA deverá apresentar a referida garantia à Defensoria Pública-Geral Federal, no prazo máximo de 3 (três) dias após a assinatura do contrato, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no Contrato e da legislação pertinente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A CONTRATADA deverá repor, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor da garantia eventualmente utilizada pela CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução deste Contrato, desde que não existam pendências junto à Administração e outros encargos.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Para a prestação da garantia contratual, fica vedado à CONTRATADA pactuar com terceiros (seguradoras, instituições financeiras, etc), cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, os quais a CONTRATADA se obriga a saldar na época devida.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

É assegurada à CONTRATANTE a faculdade de exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.

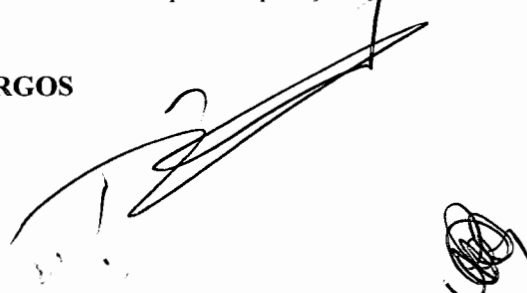
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA responderá por qualquer dano, prejuízo pessoal ou material que seus empregados ou prepostos, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens da CONTRATANTE, incluindo-se, também, os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

A CONTRATANTE estipulará prazo à CONTRATADA para reparação de danos porventura causados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ÔNUS E ENCARGOS

A large, stylized handwritten signature is written over the bottom right portion of the page, extending from the 'CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA' section header towards the bottom right corner. Below the signature, there is a circular stamp or seal, partially obscured by the signature's ink.

Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato que se destinem à realização dos serviços, locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos, ficam totalmente a cargo da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da DPGU, especialmente designado na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Além das disposições previstas neste item, a fiscalização contratual dos serviços deverá seguir o disposto no anexo IV da IN nº 02, de 30 de abril de 2008 e IN 03/2009.

1) A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base no Acordo de Níveis de Serviço, quando houver, previamente definido no ato convocatório e pactuado pelas partes.

2) A licitante poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

3) O órgão contratante deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

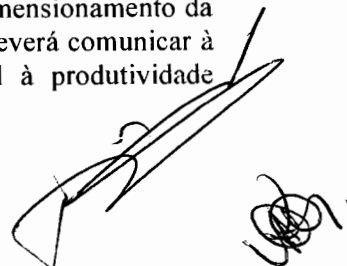
SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- 1) os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 2) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 3) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- 4) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- 5) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- 6) a satisfação do público usuário.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade



efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

1) A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

2) O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

3) O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

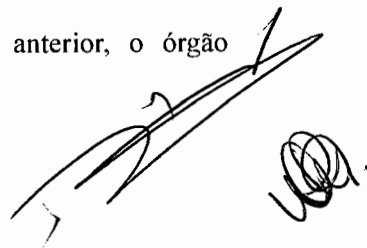
No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

- a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição federal, sob pena de rescisão contratual;
- b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
- c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
- d) fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;
- e) pagamento do 13º salário;
- f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
- i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;
- j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
- k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

Até que a contratada comprove o disposto no subitem anterior, o órgão contratante deverá reter a garantia prestada.

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The signature is slanted and appears to be a combination of letters and a flourish. The stamp is partially obscured by the signature.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração da Defensoria Pública-Geral da União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Advertência, que será aplicada por ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante o crivo da Administração.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Multa de mora no percentual correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor do contrato, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 dias.

1. A multa moratória será aplicada a partir do 10º dia útil da inadimplência, contado da data definitiva para o regular cumprimento da obrigação.
2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Defensoria Pública-Geral Federal pela inexecução total do contrato.
3. Decorridos 30 (trinta) dias sem que a Contratada tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua rescisão.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

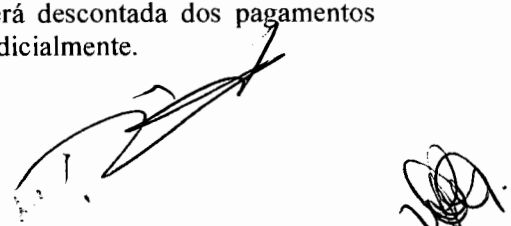
Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

SUBCLÁUSULA QUARTA

As sanções previstas nas Subcláusulas Primeira e Terceira desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a subcláusula segunda, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrados judicialmente.



SUBCLÁUSULA SEXTA

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a contratada deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Conforme o disposto no inciso IX, do artigo 55, da Lei nº 8666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 do referido Diploma Legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no artigo 78, da Lei nº 8666/93 ensejará a rescisão deste Contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

SUBCLÁUSULA QUARTA

A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XI do artigo 78 da Lei nº 8666/93, acarretará a correspondente sanção prevista na Cláusula das Sanções.

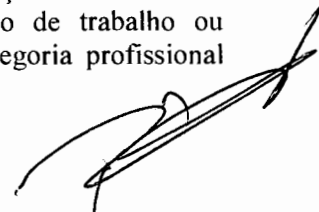
SUBCLÁUSULA QUINTA

Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a CONTRATANTE contratar os serviços das licitantes classificadas em colocação subsequente, ou efetuar nova licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data da vigência do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, relativo à categoria profissional abrangida pelo contrato.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA



Caberá à Administração da Contratante verificar, anteriormente à concessão da repactuação, se os novos preços a serem contratados estão superiores aos cobrados por outras empresas que executam idêntico serviço em outros órgãos públicos, devendo as partes, se for o caso, rever os preços, adequando-os às condições iniciais do Contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A Repactuação deverá ser pleiteada pela contratada, até a data da prorrogação da vigência do contrato, sob pena de preclusão do seu direito à repactuação, no caso de solicitação intempestiva.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este instrumento poderá ser alterado nos termos do Art. 65, I, II, “b” e “c”, e nos limites dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo da Lei 8.666/93..

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, conforme artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o constante nos §§ 1º e 2º, do artigo 65, da Lei 8.666/93

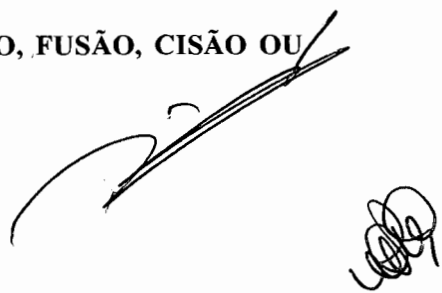
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA REVISÃO

As partes para restabelecer a relação pactuadas inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem **fatos imprevisíveis**, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over the bottom right portion of the page. Below the signature, there is a circular stamp, also in black ink, which appears to contain some illegible text or a logo.

A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

A fusão, cisão ou incorporação só será admitida com o consentimento prévio e, por escrito, da Contratante e desde que não afete a boa execução do Contrato

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos relacionados a este Contrato regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma dos artigos 54 e 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93, bem assim das normas da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), do Decreto nº 3.555/ 2000 (Regulamenta o Pregão) e do Decreto nº 5.450/2005 (Lei do Pregão Eletrônico).


CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução do Contrato, que não possa ser dirimidas administrativamente, poderão ser processadas e julgadas no foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Rondônia, com exclusão de qualquer outro.

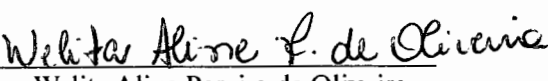
E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília – DF, ~~27~~²⁷ de janeiro de 2010

NOME:

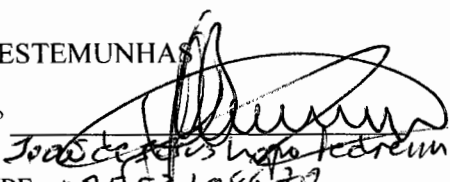


José Rômulo Plácido Sales
Defensor Público-Geral Federal



Welita Aline Pereira de Oliveira
Proprietária

TESTEMUNHAS

1º 

CPF: 385531046-70

2º _____
CPF: